

Diferentes contextos, saberes comuns: o processo cognitivo dos alunos e o conhecimento histórico¹.

Sandra Regina Ferreira de Oliveira² - UNIOESTE

Em 2000, a conclusão de uma pesquisa³ com crianças de 7 a 10 anos sobre o que pensam a respeito do passado e como relativizam os conteúdos que aprendem na disciplina de História às idéias prévias⁴ que têm deste passado não vivido, gerou uma indagação: se a criança estabelece uma lógica própria para articular seus conhecimentos prévios com os conhecimentos escolarizados, resultando muitas vezes, em um discurso “incoerente” com a lógica do adulto, como a escola atua na transformação desta lógica de forma a torná-la mais coerente à ciência de referência?

No entanto, como a pesquisa havia sido desenvolvida com alunos de uma escola particular da cidade de Londrina, oriundos de famílias com renda familiar média de 15 salários mínimos⁵ e aspirava-se prosseguir os estudos com alunos da rede pública de ensino, com outro perfil sócio-econômico, questionou-se: quais seriam as variáveis causadas pela influência dos aspectos sócio-culturais no desenvolvimento cognitivo das crianças quanto aos conhecimentos prévios sobre a História?

Em 2003, selecionou-se uma segunda série da rede municipal de ensino da cidade de Londrina, com 26 alunos oriundos de famílias com renda familiar média de 2 salários mínimos. A metodologia utilizada foi a mesma empregada junto aos alunos da escola particular: as crianças foram entrevistadas e a partir de suas respostas, construía-se o caminho para novas indagações. Os resultados dos alunos foram comparados.

Os diálogos coletados oferecem diversas possibilidades interpretativas e são riquíssimos para entender como as crianças vão elaborando suas conclusões sobre o passado não vivido. Neste estudo, a análise será limitada a três questões: os conhecimentos prévios sobre o descobrimento do Brasil; as relações temporais que a criança estabelece com este fato e as idéias espontâneas que a criança elabora sobre como era o passado.

Quanto ao conhecimento prévio sobre o descobrimento do Brasil, as conclusões elaboradas a partir das duas realidades apontaram que os alunos da escola particular apresentaram uma quantidade maior de informações, a respeito deste fato. É importante esclarecer que no período de 1999/2000, vivia-se toda a ênfase aos 500 anos do descobrimento do Brasil e tal assunto era abordado constantemente pela mídia. Só isto já seria relevante para justificar a diferença encontrada entre uma e outra realidade.

Uma questão específica, entretanto, foi fundamental para compreender esta significativa diferença. No primeiro dia de trabalho na escola pública, foram entrevistados cinco alunos e, de uma forma ou outra, todos construíram narrativas para este fato, ou seja, construíram histórias. Convém ressaltar mais uma vez, que o interesse desta pesquisa é o conhecimento prévio, ou seja, aquilo que não foi ensinado sistematicamente na escola como conteúdo, mas que de uma forma ou outra esta presente no cotidiano por meio de comemorações cívicas e outras formas de referência ao passado que ocorrem tanto na escola como fora dela. Nat (8; 07)⁶ diz que sabe que houve guerras, que foi D. Pedro que descobriu o Brasil, que ele gritou “Independência ou morte”, que nesta época tinha índios, um monte de mato, não tinha casas e tinha dinossauros. Quando indagada sobre como sabe tudo isto, responde: *minha mãe me ensinou dos dinossauros e o resto aprendi aqui na escola*. Outro aluno, Leo (8; 0) começa afirmando não saber “nadinha”. Na seqüência do diálogo, quando pergunto como viviam as pessoas há muito tempo atrás, ele responde:

Muito melhor. Não tinha nada para atrapalhar. O que pode atrapalhar a vida da gente? Portugal, que tira nossas riquezas. Como Portugal tira nossas riquezas? O Brasil era muito rico e daí veio Portugal e tirou. E para onde foi toda essa riqueza? Para Portugal. E como eles puderam tirar a riqueza do Brasil? Eles vinham de navios e tiravam. E não tinha ninguém aqui para defender nossa riqueza? Tinha, o D. Pedro. E como D. Pedro fez para defender nossas riquezas? Não sei. E o que mais que você sabe sobre esta história? Que o D. Pedro gritou “Independência ou morte”. E quando D. Pedro gritou “independência ou morte”, o que aconteceu com o Brasil? Ficou calmo. Então teve uma época da nossa história que o Brasil mandava toda nossa riqueza para Portugal. É ... a gente tava aqui e ai quando Portugal veio, ele levou a nossa riqueza.

Verifica-se que há um conhecimento construído a respeito deste fato mesmo desarticulado da terminologia “descobrimento do Brasil”, sobre o qual o aluno afirmou não saber “nadinha”.

No prosseguimento da pesquisa, uma semana após, duas questões chamaram a atenção no comportamento dos alunos: primeiro, a apreensão e a ansiedade perceptível no olhar e nos movimentos das mãos; e, segundo, a quantidade repetida de vezes que, ao começarem a falar, calavam-se e após alguns momentos respondiam “*esqueci*”: Foi assim com os cinco alunos entrevistados naquele dia. O diálogo quanto aos seus saberes a respeito do descobrimento do Brasil não fluía. O que os alunos queriam lembrar? O que causava esquecimento? Não haveria saberes prévios sobre o assunto? Estes mesmos alunos, entretanto, construíram belas narrativas a respeito de seus saberes sobre como eram as coisas há muito tempo atrás e sobre alguns aspectos da história de Londrina, relacionado à memória familiar. Havia algo impedindo a exposição de seus saberes sobre o descobrimento do Brasil. O que seria?

A explicação para esta situação foi esclarecida na primeira entrevista do dia seguinte, quando uma aluna entra correndo na sala e diz: “*a tia já ensinou sobre o descobrimento do Brasil*” (Tha 8; 3). Desfez-se o mistério do esquecimento: a professora começou a ensinar a história do descobrimento do Brasil. Os alunos esqueceram porque tentaram lembrar do conhecimento ensinado pela professora e desprezaram os seus saberes prévios, espontâneos sobre o assunto.

Os alunos da escola pública foram podados em sua possibilidade de expressar os seus saberes prévios porque, ao trabalhar com esta temática na sala de aula, de forma vinculada à realização da entrevista, a professora instituiu o saber escolar a respeito deste fato, e o saber escolar é muito mais importante, para estes alunos, do que os saberes adquiridos fora da escola (vindo da família, da mídia).

Os alunos da escola particular não se pautaram somente nos saberes escolarizados, tanto que suas explicações são uma mistura de saberes prévios e saberes transmitidos na escola, mesmo que tal articulação produza narrativas “ilógicas”. Esta postura não apareceu

nos alunos da escola pública. Por quê? Descarta-se totalmente a hipótese dos mesmos não possuírem saberes prévios a respeito do descobrimento do Brasil porque seus relatos sobre como era o Brasil há muito tempo atrás apresentam indícios destes saberes, mas os alunos não ousaram entrelaçá-los com o saber ensinado na escola. Por quê?

Esta resposta só pode ser formulada após acompanhar, por seis meses, o cotidiano da sala de aula. Verificou-se que os alunos são colocados, de diferentes formas, na condição de não saber. Isso foi constatado nas metodologias utilizadas nas aulas quanto à correção dos cadernos e quanto ao conhecimento apresentado nos livros. Estava sempre presente a idéia de que “tornar-se alguém” na sociedade passa por adquirir os conhecimentos escolares. Também não há uma valorização da bagagem cultural que o aluno traz. Não há um convite por parte do professor para que a criança fale sobre o que sabe, como soube e, a partir deste diálogo caminhar em busca de um conhecimento mais sistematizado. Há uma legitimação do saber escolar sobre os outros saberes, principalmente quanto aos saberes familiares oriundos das classes populares. Se, em uma realidade, os alunos expressaram seus saberes sem se preocuparem com a legitimação de ter se originado ou não na escola, na outra, qualquer tipo de saber foi silenciado frente ao “saber verdadeiro” transmitido em sala de aula.

Salienta-se que o diálogo com o conhecimento prévio da criança é fundamental no processo de construção do conhecimento. Em História, esta condição é fundamental para possibilitar um ensino a partir do cotidiano do aluno, a partir do concreto, entendido aqui não como palpável, materialmente existente, mas como presente nas memórias, nas lembranças, na forma como o aluno se relaciona com o passado.

Tendo identificado estas diferenças que não estão relacionadas à capacidade cognitiva das crianças, mas sim vinculadas à realidade, espacial e temporal, na qual estas, enquanto alunos estão inseridos, principalmente quanto à metodologia de ensino/aprendizagem à que estão submetidos no contexto escolar, enfoca-se as semelhanças quanto aos aspectos cognitivos.

A noção de que o passado foi um tempo melhor do que o presente foi encontrado em ambas realidades, porém, com maior freqüência nas crianças da escola pública. As falas dos alunos retrataram o passado como um tempo de fartura que conhecem através dos relatos dos pais e familiares. Tal situação pode ser explicada frente às dificuldades que as famílias de trabalhadores vivenciam no tempo presente, no qual as condições de sobrevivência estão sempre ameaçadas. As crianças da escola particular interpretaram o passado como um tempo difícil, mas que foi vencido por meio da luta e do empenho, e o presente é o tempo da realização, da conquista, dos ideais concretizados. Como, segundo Connerton⁷, “as imagens do passado servem normalmente para legitimar a ordem social presente”, o conceito do passado como um tempo bom ou ruim é transmitido conforme a situação do grupo social no presente.

Quanto ao raciocínio da criança na construção de uma relação temporal com o descobrimento do Brasil, a tabela abaixo apresenta os resultados à pergunta: seu pai (avô, bisavô) estava vivo na época do descobrimento do Brasil?

	PAI			AVÔ			BISAVÔ		
	Sim	Dúvida	Não	Sim	Dúvida	Não	Sim	Dúvida	Não
Escola Particular			100%	14%	14%	72%	14%	29%	57%
Escola Pública			100%	13%	12%	75%	19%	21%	60%

Os dados quantitativos demonstraram a semelhança entre as escolas e as justificativas elaboradas pelos alunos partem dos mesmos pressupostos. Não há dúvidas de que o pai viveu naquela época porque o fato ocorreu há muito tempo. No entanto, há um significativo percentual de certezas e de dúvidas quanto ao avô e, principalmente, quanto ao bisavô. As crianças responderam a questão, independente de sua condição sócio-econômica e da quantidade de informações que possa ter sobre o descobrimento do Brasil, considerando a sucessão dos acontecimentos (pai + novo que avô, que é + novo que bisavô) e desconsidera, totalmente, a duração de vida de cada um. Eis algumas entrevistas com os alunos da escola pública:

(Ade, 8; 0) - Nessa época do descobrimento do Brasil, em 1500, você acha que seu pai era vivo? *Não*. E seu avô? *Vivia*. Por que você acha que ele vivia? *Por que ele é muito velho*. Quantos anos seu avô tem? *93*. E seu bisavô? *Vivia*. Por que você acha que ele vivia? *Porque ele era mais velho que meu outro vô*.

(Ema, 8; 08) - Nesta época, você acha que seu pai era vivo? *Não*. Por quê? *Porque ele é só um pouco velho, tem 35 anos*. E seu avô, você acha que vivia? *Também não*. Por quê? *Porque ele é mais velho que meu pai mas não é bem velhinho*. E seu bisavô? *Ele vivia*. Por quê? *Porque ele já morreu faz muito tempo*.

(Mat, 8; 03) - Você acha que na época que Pedro Álvares Cabral chegou no Brasil, em 1500, seu pai já estava vivo? *Não* (dá risadas). E seu avô? *Também não*. E seu bisavô? *Ele já*. Por quê? *Porque quando eu nasci, já fazia muito tempo que ele tinha morrido..*

Outra questão formulada para saber a respeito da relação temporal que os alunos estabelecem com a época do descobrimento do Brasil foi quanto à existência ou não da cidade de Londrina naquela época. Ainda que todos os alunos da escola pública tivessem conhecimento que Londrina estaria comemorando 70 anos (em 2004) e várias comemorações aconteciam na escola, os resultados foram muito semelhantes ao da escola particular. Cerca de 70% dos alunos que afirmam que Londrina já existia, e descrevem-na como pequena, com casas de madeira e com ruas de terra.

	Existia	Não existia
Escola Particular	71%	29%
Escola Municipal	70%	30%

Com relação às noções espontâneas a respeito do passado não vivido, encontra-se a maior semelhança. Eis alguns diálogos com os alunos das duas escolas:

(Leo 8; 08), escola pública - Na época do descobrimento do Brasil existia avião? *Existia*. E como eles eram? *Sem turbina, era que nem aquele que tem no ventilador*. E carro, existia? *Existia*. Como eram? *Os carros ... aqueles que tem um farol do lado que é bem antigo mesmo*. E óculos, existiam? *Existia e era bem diferente*.

(Fer 8; 06), escola particular - Na época do descobrimento do Brasil existia avião? *Só o 14 Bis*. Por que o 14 BIS? *Porque foi o primeiro avião que Santos Dumont inventou*. E como ele era? *Ele era de madeira e o piloto ia com a cabeça para fora*. E carro tinha? *Tinha*. Como eram? *Era de roda de bicicleta e como o pneu que ia do lado da porta*.

(Wil, 8; 0) – escola pública - Na época do descobrimento do Brasil existia avião? *Avião, avião não... tinha aquele balão que passa na TV quando tem jogo de futebol.* E carro? *Carro tinha.* Como era? *Era bem menor que o de hoje.* E óculos? *Tinha.* Como eram? *Era bem grande e a pessoa segurava na mão.*

(Car, 8; 07), escola particular – Na época do descobrimento do Brasil existia avião? *Existia.* E como eles eram? *Eram de madeira, e tinha outros que pareciam um balão.* E carro, existia? *Existia.* Como eram? *Eram bem menores e não andavam depressa. O pneu era para fora e não tinha teto.*

As crianças de ambas realidades concebem o passado como um reservatório do presente, no qual tudo já existe, mas, de forma menos evoluída, mais precária, sem conforto. Dois raciocínios são interessantes e devem ser destacados porque são constantes. Primeiro: a madeira aparece sempre como elemento indicador de velho, de antigo, do passado. Segundo, a diferença que caracteriza a divisão temporal é sempre marcada pelo avanço tecnológico: as coisas no passado são lentas, pequenas, desconfortáveis; no presente tudo é mais rápido, grande e “melhor”.

Conclui-se que os alunos da 2ª série nas duas realidades, formularam o mesmo raciocínio para explicarem se seu pai, avô ou bisavô estariam ou não vivos na época do descobrimento do Brasil, mesmo com a significativa diferença sobre a quantidade de informação que detinham a respeito deste fato histórico.

O mesmo ocorreu em relação à existência da cidade de Londrina, em ambas as realidades os alunos responderam na faixa de 70% que Londrina já existia na época do descobrimento do Brasil e descrevem a cidade com muita semelhança.

Verificou-se que o desenvolvimento cognitivo que propicia condições para que o aluno trabalhe com diversas condições de obtenção, análise e reconstrução do conhecimento histórico são semelhantes, apesar de inseridos em realidades sociais diferentes, seja em relação ao contexto familiar ou escolar. Pode-se concluir que, em ambas as realidades os alunos:

- a) elaboram um conceito de passado a partir do que conhecem do presente;
- b) elaboram um raciocínio lógico para explicar a História e o tempo, pautado na causalidade e desprezam a cronologia na construção de seus raciocínios;

- c) elaboram noções espontâneas para a História da civilização e articulam os novos conhecimentos apreendidos na escola a estes saberes (quando estes conhecimentos não são considerados inferiores aos aprendidos na escola);
- d) trabalham com noções de sucessão e duração para organizar os acontecimentos no tempo, mas apresentam dificuldades para trabalhar simultaneamente com estas noções;
- e) concebem o passado como um tempo único (descobrimento do Brasil, morte de Tiradentes e fundação de Londrina são colocados na mesma época).

Tais conclusões podem contribuir para entendermos cada vez mais o processo de construção do conhecimento histórico na criança e para rever as concepções sobre a História ensinada e aprendida nas séries iniciais do ensino fundamental.

¹ As reflexões aqui apresentadas fazem parte da pesquisa de doutorado, realizada junto ao programa de Pós Graduação da UNICAMP, sob a orientação da Professora Dra. Ernesta Zamboni e tem por objetivo geral compreender como a escola atua na construção do conhecimento histórico em alunos de 3^a série do ensino fundamental da rede municipal da cidade de Londrina, Paraná.

² Professora do curso de Pedagogia da UNIOESTE – Cascavel, Paraná. sandraoliveira@unioeste.br

³ Trata-se de minha pesquisa de mestrado realizada no período de 1997/2000, na UNESP, Marília. Os resultados gerais da mesma encontram-se publicado em ROSSI, Vera Lucia Sabongi & ZAMBONI, Ernesta. *Quanto tempo o tempo tem*. Campinas: Alínea, 2003, pp. 145 –172.

⁴ Idéias prévias ou conhecimento prévio é entendido como o conhecimento que a criança elabora antes do processo de escolarização. É sobre este tipo de conhecimento que se desenvolve as reflexões aqui apresentadas.

⁵ Além da renda familiar foram considerados o grau de escolaridade dos pais, o acesso que as crianças têm a diferentes meios de informação e a composição do grupo familiar no qual estão inseridas. Devido à limitação do espaço, estes aspectos não serão explicitados neste texto.

⁶ A identidade dos alunos será preservada na pesquisa. Escolheu-se três letras de seu nome. Entre parênteses segue a idade (ano; meses).

⁷ CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. 2.ed. Oeiras, Celta, 1999, p.4.